

**ESCRITURA PARTICULAR DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES
DA CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAÚ**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, como EMISSORA, CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAÚ, com sede no Município de Poá, Estado de São Paulo, na Av. Nove de Julho nº 220, inscrita no CGC sob nº 49.925.225/0001-48 e no Registro do Comércio sob NIRE 35300031539, neste ato representada na forma de seu estatuto social, doravante designada simplesmente EMISSORA, e de outro lado como interveniente, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., com escritório na Av. das Américas, 1155 - Grupo 1.301 - Edifício Barra Space Center - Rio de Janeiro(RJ), inscrita no CGC sob nº 36.113.876/0001-91, doravante designada simplesmente AGENTE FIDUCIÁRIO, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures da 5ª emissão objeto da presente Escritura, vêm por esta e na melhor forma de direito, celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Simples, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é celebrada com base em autorização da Assembléia Geral Extraordinária da EMISSORA, realizada em 20.4.95.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 07/12/76, e nº 6.404, de 15/12/76, e demais disposições legais regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou a emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

3. REGISTRO DA ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis de Poá, Estado de São Paulo.

CLÁUSULA III - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes condições e características:

1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público, sendo a colocação processada mediante a intermediação de instituições financeiras. O Conselho de Administração da EMISSORA, doravante denominado CONSELHO, definirá, para cada uma das séries, o procedimento a ser adotado na distribuição.

2. DATA DE EMISSÃO E VENCIMENTO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures de todas as séries será o dia 1º de abril de 1995. O CONSELHO determinará as datas de vencimento de cada uma das séries.

3. QUANTIDADE DE TÍTULOS E DIVISÃO EM SÉRIES

Serão emitidas 30.000 (trinta mil) debêntures. A emissão será realizada em número indeterminado de séries.

4. VALOR NOMINAL E VALOR DA EMISSÃO

As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, totalizando R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

5. FORMA

As debêntures serão escriturais.

6. ESPÉCIE E CONVERSIBILIDADE

As debêntures serão da espécie subordinada, não conversíveis em ações.

7. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

O preço de subscrição e a forma de pagamento das debêntures de cada uma das séries desta emissão será fixado pelo CONSELHO.

8. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente, a partir da data de emissão, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor em Real, doravante denominado IPC-r, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e o produto da correção agregar-se-á ao valor nominal para fins de cálculo do valor pecuniário de qualquer obrigação prevista neste instrumento.

8.1. A apuração do montante das obrigações que se devam liquidar em datas intermediárias, ou seja, cujo vencimento não ocorra no primeiro dia útil de cada mês, será efetuada mediante a aplicação da variação "pro-rata temporis" do IPC-r do mês anterior.

8.2. Ocorrendo alterações nos critérios de aplicação do referido índice nas emissões de debêntures, estas alterações aplicar-se-ão automaticamente à emissão de que se trata.

8.3. Na hipótese de extinção ou congelamento do IPC-r ou, se por superveniência de normas legais ou regulamentares, este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de debêntures, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente indexadas pelo índice que o substituir. Caso não haja índice substitutivo, a Emissora e o Agente Fiduciário, mediante deliberação dos debenturistas, em Assembleia Especial convocada e realizada para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência desse evento, definirão qual será a forma de correção aplicável.

9. MORA

Se a EMISSORA vier a incorrer em mora de pagamento, seja do valor principal corrigido monetariamente, seja de juros e prêmio, obriga-se ela a pagar a mesma correção monetária, juros e prêmio pactuados, além de juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o débito em atraso, a partir do respectivo vencimento, independente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.

10. AMORTIZAÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a critério do CONSELHO, promover a amortização antecipada de no mínimo 10% (dez por cento) do valor nominal atualizado de todas as debêntures em circulação, acrescido dos juros devidos na data da amortização e de eventual prêmio, se houver, calculados "pro-rata temporis".

10.1. Será assegurado aos debenturistas um aviso prévio de 30 (trinta) dias, através de anúncios publicados em jornais de grande circulação, com observância do disposto no artigo 289 da Lei 6.404, de 15.12.76.

11. DECADÊNCIA DOS DIREITOS

Sem prejuízo do disposto no item 9 e desde que haja provisão e disponibilidade de recursos junto à instituição financeira depositária das debêntures escriturais da EMISSORA, as debêntures, após as datas de vencimento de amortização, juros e prêmio, não farão mais jus a juros, atualização monetária e prêmio sobre os valores vencidos.

12. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal amortizado, atualizado monetariamente, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei 6.404/76.

13. NEGOCIAÇÃO

As debêntures serão negociadas junto ao SND (Sistema Nacional de Debêntures) administrado pela ANDIMA (Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto) e operacionalizado pela CETIP (Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos).

14. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures da presente emissão serão conferidos juros, a serem fixados pelo CONSELHO, incidentes sobre o valor nominal atualizado monetariamente conforme item 8 acima, nas datas dos respectivos vencimentos.

14.1. Os juros serão fixos ou variáveis, sendo a taxa e o respectivo "período de incidência de taxa de juros" fixados pelo CONSELHO. Entende-se como "período de incidência de taxa de juros", o espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério definido pelo CONSELHO.

14.2. Se for o caso, o CONSELHO deverá deliberar e comunicar aos debenturistas, até 10 (dez) dias antes do encerramento de cada "período de incidência de taxa de juros", o seguinte:

- a) o prazo do próximo "período de incidência de taxa de juros";
- b) a taxa de juros a vigor durante o próximo "período de incidência de taxa de juros";
- c) as datas de vencimentos de juros.

14.3. As condições fixadas pelo CONSELHO, de acordo com o subitem anterior, serão comunicadas aos debenturistas através de aviso publicado no jornal "Gazeta Mercantil", concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela aquisição dos títulos pela EMISSORA.

15. PRÊMIO

O CONSELHO poderá, a seu critério, determinar a fixação de prêmios para cada uma das séries desta emissão. Os prêmios serão deliberados a qualquer tempo e comunicados aos debenturistas nos termos do subitem 14.3 desta cláusula.

16. RECOMPRA OBRIGATÓRIA

Ao final de cada "período de incidência da taxa de juros", a EMISSORA obriga-se a recomprar as debêntures de todos os debenturistas que assim optarem, pelo valor nominal atualizado monetariamente, conforme definido no item 8 acima, acrescido de juros e prêmio devidos na data da recompra. As debêntures assim recompradas poderão ser revendidas pela EMISSORA.

17. LOCAL DE PAGAMENTOS

Os pagamentos referentes às amortizações e rendimentos, a que fazem jus as debêntures, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da EMISSORA, na hipótese do debenturista não estar vinculado a esse sistema.

18. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento da obrigação coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo, a qualquer título, aos valores a serem pagos.

19. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser veiculados, na forma de avisos, em jornal de grande circulação, na Cidade de São Paulo.

20. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela EMISSORA, da soma total das debêntures em circulação da série para a qual foi escolhido, acrescida de correção monetária, juros e prêmio, se houver, calculados exponencialmente por dias decorridos, mediante carta protocolada com 10 (dez) dias de antecedência, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) decretação de falência da EMISSORA;
- b) pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA;
- c) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura;
- d) falta de cumprimento, pela EMISSORA, de qualquer obrigação não pecuniária relevante, prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA 1a. (PRIMEIRA) SÉRIE

Em reunião de 25/04/95, o CONSELHO deliberou, por delegação da Assembléia Geral Extraordinária de 20/04/95, as condições de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404/76, aplicáveis às debêntures da 1a. (Primeira) Série da Quinta Emissão Pública de Debêntures, a saber:

1. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES E VALOR DA SÉRIE

A 1ª série será representada por 10.000 (dez mil) debêntures, totalizando R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

2. DATA DE VENCIMENTO

As debêntures vencerão em 1º de abril de 2000.

3. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO

O preço de subscrição das debêntures da 1a. série da 5a. emissão é o valor nominal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente conforme previsto na Cláusula III (itens 4 e 8) desta Escritura, acrescido de juros e prêmio, calculados "pro-rata temporis", desde a data de emissão até a data da liquidação financeira. O preço será integralizado a vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.

- 3.1. Caso a subscrição ocorra em data diferente ao 1º (primeiro) dia do mês, para efeito de cálculo do preço de subscrição, será utilizado o IPC-r do mês anterior ao da efetiva subscrição, "pro-rateado" por dias corridos para o período compreendido entre o dia 1º (primeiro) do mês de subscrição e a data da efetiva subscrição, com base no número de dias existentes entre o dia 1º (primeiro) do mês da subscrição e o dia 1º (primeiro) do mês imediatamente subsequente ao da subscrição.

4. JUROS REMUNERATÓRIOS

- 4.1. Para o 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, assim entendido o período de tempo compreendido entre a data de emissão das debêntures e a data do primeiro pagamento de juros, esta última definida a seguir, as debêntures desta 1a. série da 5a. emissão farão jus a juros remuneratórios de 6% a.a. (seis por cento ao ano), 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal da debênture, acrescido da variação do IPC-r, a partir da data de sua emissão.
- 4.2. A parcela de juros remuneratórios correspondente a 6% a.a. (seis por cento ao ano) será paga na data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, calculada exponencialmente por dias corridos desde a data de emissão até a data do pagamento, incidindo sobre o valor nominal acrescido da variação do IPC-r acumulado desde a data de emissão do título até a data de pagamento dos juros.
- 4.3. O 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros desta 1a. série da 5a. emissão encerrar-se-á em 1º de maio de 1996. Os períodos de incidência da taxa de juros subsequentes, bem como as taxas de juros válidas para os mesmos, datas e formas de pagamento e demais condições, serão definidas oportunamente pelo CONSELHO, conforme o estabelecido no item 14 da Cláusula III desta Escritura de Emissão.

5. PRÊMIO

Fica desde já definido que, para o 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, a EMISSORA pagará às debêntures da 1ª (primeira) série desta emissão um prêmio equivalente ao percentual de 6% (seis por cento) ao ano, a ser acrescido linearmente aos juros remuneratórios, perfazendo uma remuneração anual de 12% (doze por cento), 360 (trezentos e sessenta) dias, aplicada sobre o valor nominal das debêntures, acrescido da variação do IPC-r acumulado desde a data de emissão do título até a data de pagamento do prêmio. Este prêmio será pago na data do encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, juntamente com os juros correspondentes a este mesmo período.

6. REPACTUAÇÃO

Fica desde já definido que a primeira repactuação, que coincidirá com a data de encerramento do 1º (primeiro) período de incidência da taxa de juros, será o dia 1º de maio de 1996, ou seja, 396 (trezentos e noventa e seis) dias a partir da data de emissão, inclusive.

7. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Os atuais acionistas não terão direito de preferência para a subscrição das debêntures desta 1a. série da 5a. emissão.

8. PROCEDIMENTO DA DISTRIBUIÇÃO

Será adotado o procedimento diferenciado na colocação das debêntures desta 1a. série da 5a. emissão, conforme artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80.

CLÁUSULA V - DAS CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DAS DEMAIS SÉRIES

1. Caberá ao CONSELHO fixar a época, o montante e as condições de lançamento de cada série, com observância do limite correspondente ao número de debêntures definido no item 3 da Cláusula III.

2. A emissão de cada série será objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA VI - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA DAS DEBÊNTURES ESCRITURAIS

A instituição financeira depositária das debêntures escriturais será o BANCO ITAÚ S.A..

CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se especialmente a:

1. manter atualizados, até o vencimento final das debêntures, os registros necessários junto à Comissão de Valores Mobiliários;
2. manter contrato com instituição financeira, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, a fim de assegurar eficiente atendimento aos titulares das debêntures escriturais;
3. dar adequada publicidade aos dados econômico-financeiros de atos de sua gestão, promovendo a publicação, conforme preceituado no artigo 289 da Lei 6.404/76, dos seguintes documentos, complementados com notas explicativas e quadros analíticos ou demonstrações contábeis esclarecedoras da situação patrimonial e dos resultados do exercício:
 - balanço patrimonial;
 - demonstração de lucros ou prejuízos acumulados;
 - demonstração do resultado do exercício;
 - demonstração das origens e aplicações dos recursos; e
 - parecer dos auditores independentes, quando se tratar do Balanço Geral;
4. enviar ao AGENTE FIDUCIÁRIO cópias das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria, tão logo tenham esses documentos sido produzidos;
5. fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas, e bem assim cópia de qualquer outro documento ou informação, que tenha caráter relevante para a defesa dos debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da solicitação, o qual poderá ser prorrogado, na hipótese de impossibilidade comprovada de seu atendimento;
6. não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento do principal atualizado monetariamente, conforme item 8 da Cláusula III, juros e prêmios, se houver, relativos às debêntures objeto da presente Escritura.

CLÁUSULA VIII - AGENTE FIDUCIÁRIO

1. NOMEAÇÃO: a EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da 5ª emissão objeto da presente Escritura, OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para nos termos da lei e desta Escritura, representar, perante a EMISSORA, a comunhão dos debenturistas.

1.1. Declaração: o AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, ora nomeado, declara, sob as penas de lei:

- a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei 6.404, de 15/12/76, e o artigo 10, da Instrução CVM nº 28 de 23/11/83, para exercer a função que ora ocupa;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) aceitar integralmente a presente escritura em todas as suas cláusulas e condições;

2. SUBSTITUIÇÃO: o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá, a qualquer tempo, ser substituído, em suas funções, por deliberação da Assembléia dos Debenturistas, estes representados, no mínimo, pela metade das debêntures em circulação, ou por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

2.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por motivos supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição.

10 AdS } 3. REMUNERAÇÃO: será devido ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) parcelas anuais antecipadas de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) vencíveis a primeira no 1º dia do mês seguinte a assinatura da escritura de emissão, e as demais nos mesmos dias e mês dos anos subseqüentes;
- b) a parcela será reajustada pela variação acumulada do IPC-r (Índice Preços ao Consumidor em Real), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo mesmo índice de atualização do valor da emissão de debêntures, a partir de 01.05.95 até as datas de pagamento de cada parcela subseqüente, calculadas "pro-rata" dia se necessário ou se pagas após o vencimento, mediante a utilização do IPC-r do mês anterior;
- c) as remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, a serem cobertas pela EMISSORA;
- d) todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias;
- e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na Escritura de emissão;
- f) as parcelas serão acrescidas dos seguintes Impostos: ISS (Impostos sobre Serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

4. **DEVERES E ATRIBUIÇÕES:** além de outros previstos em lei, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 4.1. proteger os direitos e interesses dos debenturistas com a mesma cautela e diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- 4.2. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- 4.3. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- 4.4. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- 4.5. promover nos competentes órgãos, caso a companhia não o faça, o registro da escritura de emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da companhia para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- 4.6. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- 4.7. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;
- 4.8. solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da companhia emissora e, também, da localidade onde se situe o imóvel hipotecado;
- 4.9. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na empresa;
- 4.10. convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos da imprensa onde a companhia emissora deve efetuar suas publicações;
- 4.11. comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhes forem solicitadas;
- 4.12. praticar, privativamente, todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nas debêntures, cujos efeitos interessem à coletividade de seus titulares;
- 4.13. elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses, contados do encerramento do exercício social da EMISSORA, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem à comunhão dos titulares das debêntures nos termos do artigo 68 § 1º, b, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela companhia;

- b) alterações estatutárias ocorridas no período;
- c) comentários sobre as demonstrações financeiras da companhia, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa;
- d) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
- e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela companhia emissora;
- f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
- g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da companhia emissora;
- h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão;
- j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures;
- k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO;

4.13.1. O Relatório Anual, a que se refere este subitem, será publicado, no prazo máximo ali fixado, no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e em pelo menos 1 (um) jornal de grande circulação da Cidade de São Paulo, observando, ainda, quanto a essa publicação, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

4.13.2. O inteiro teor do Relatório a que se refere este subitem, estará à disposição de qualquer debenturista, na sede da companhia, no domicílio do AGENTE FIDUCIÁRIO, na Cidade de São Paulo, em seu Escritório retro referido, na CVM e na instituição que liderou a emissão;

4.14. Publicar, nos órgãos da imprensa onde a companhia emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no subitem 4.13.2;

4.15. Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à companhia emissora;

4.16. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes da escritura de emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

4.17. Notificar aos debenturistas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados do evento, qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas em decorrência da presente Escritura de Emissão;

4.17.1. A notificação de que trata o presente subitem, sem prejuízo dos procedimentos judiciais próprios, far-se-á por publicações realizadas na forma do subitem 4.13.1. desta cláusula, e discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o AGENTE FIDUCIÁRIO tenha tomado para cautelar e proteger os interesses da comunhão dos debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à Bolsa de Valores e ao Banco Central do Brasil, nos termos do inciso XXIV da Instrução CVM nº 28/83.

- 4.18. O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, em caso de inadimplemento da EMISSORA:
- 4.18.1. declarar antecipadamente vencidas as debêntures cobrando principal e acessórios;
 - 4.18.2. requerer a falência da EMISSORA;
 - 4.18.3. representar os debenturistas em processo de falência ou concordata da EMISSORA; e
 - 4.18.4. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;
- 4.19. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista no subitem 4.18.1 supra, somente na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura de Emissão, ou se a EMISSORA entrar em concordata;
- 4.20. O eventual não exercício pelo AGENTE FIDUCIÁRIO de quaisquer dos procedimentos previstos nesta cláusula não constituirá novação e não impedirá que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a exercê-lo, em qualquer momento, a seu exclusivo critério.
5. DESPESAS: a EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas por ele suportadas na proteção dos direitos e interesses dos debenturistas, ou na realização de seus créditos.
- 5.1. O ressarcimento a que se refere este item será efetuado dentro de no máximo 15 (quinze) dias, contados da entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das debêntures.
 - 5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão inclusive:
 - 5.2.1. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas através de regulamentos aplicáveis;
 - 5.2.2. extração de certidões;
 - 5.2.3. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - 5.2.4. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou perícias que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações de estrito interesse dos debenturistas.
6. RESPONSABILIDADE: o AGENTE FIDUCIÁRIO é responsável, civil e penalmente, pelos prejuízos que sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, no exercício das funções, causar aos interesses dos debenturistas.

CLÁUSULA IX - ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

- 1. Os titulares das debêntures, a qualquer tempo, poderão reunir-se em Assembléia, a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.
- 2. A Assembléia poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação e pela Comissão de Valores Mobiliários.

3. Aplica-se à Assembléia, no que couber, o disposto na Lei 6.404, de 15.12.76, sobre a Assembléia Geral dos Acionistas.
4. A presidência da Assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do disposto no item 2 desta cláusula, respectivamente, ao AGENTE FIDUCIÁRIO, ao Presidente da EMISSORA, ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela Comissão de Valores Mobiliários.
5. Em qualquer caso, o AGENTE FIDUCIÁRIO comparecerá à Assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que a ele forem solicitadas.
6. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença dos debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
7. Nas deliberações da Assembléia, cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatário, observado, no que couber, o disposto no artigo 126 da Lei 6.404/76.
8. Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
9. Para efeito de constituição do "quorum", a que se refere esta cláusula, serão excluídas, do número de debêntures em circulação, as pertencentes à EMISSORA.

CLÁUSULA X - TOLERÂNCIA

A tolerância dos debenturistas não significará renúncia, perdão, novação ou alteração do pactuado.

CLÁUSULA XI - DO FORO

Fica eleito o foro principal da Comarca de Poá, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

A EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Poá-SP, 17 de maio de 1995.

CIA. ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL - GRUPO ITAÚ

ROBERTO ELOYDIO SETUBAL
Diretor Presidente

BÉRGIO SILVA DE FREITAS
Diretor Vice-Presidente

OLIVEIRA BASTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS LTDA.

Testemunhas

1) Nome: CARLOS ROBERTO ZANELATO
CPF: 088.101.908-53

2) Nome: MARCOS CÉSAR DI GIÁCOMO
CPF: 041.733.338-20